

205  
De 15  
10955

A

# Ultima Crise.

COMMENTARIOS  
À SITUAÇÃO  
DA REPUBLICA  
PORTUGUEZA

POR  
JOÃO CHAGAS

**10** CENT.

Received of  
 the  
 Treasurer of the  
 State of  
 New York  
 the sum of  
 Five Hundred Dollars  
 for  
 the  
 purchase of  
 land  
 in  
 the  
 County of  
 Albany  
 for  
 the  
 use of  
 the  
 State

Given in  
 full  
 for  
 the  
 purchase of  
 land  
 in  
 the  
 County of  
 Albany  
 for  
 the  
 use of  
 the  
 State

1840

200  
JOAO CHAGAS

A ULTIMA CRISE

N.F. 9473

# A ultima crise

Commentarios à situação da  
Republica Portugueza



PORTO

TYPOGRAPHIA A VAPOR DA EMPRESA GURDES  
244 - Rua Formosa - 246

1915

JOAO CHAGAS

1913

# A ultima crise

Commentaires à situation de  
Republica Portuguesa



PORTO

EDITADO POR A LIT. DE ALVARO GONCALVES  
24 - RUA DO CARVALHO - 24

1913

## A ÚLTIMA CRISE

*«A Revolução mallogrou-se não por ter ido muito longe, mas por não ter ido até onde devia, tão certo é que as fraquezas das nações não são menos funestas do que as fraquezas dos reis e que um povo que não sabe guardar o que conquistou tenta ao mesmo tempo a tyrannia e a anarchia.»*

LAMARTINE — «Historia dos Girondinos».

No momento em que começo a escrever estas linhas, tenho a impressão de que o que estou vendo e ouvindo n'este paiz é, não uma realidade monstruosa, mas o resultado de um monstruoso pezadello.

Sobrevive em Portugal aquelle livre regimen por que nos batemos durante vinte longos annos de luctas, que levamos pesadamente sobre os hombros até á mais alta cumiada da nossa historia e que depozemos ali como um vivo padrão da velha energia lusitana? ou foi elle derrubado por alguma nova convulsão da nossa tão agitada terra e não existe já?

Fluctua ainda aqui e ali o symbolo d'esse grande acontecimento que foi a Republica em Portugal e, vagamente, ouve-se dizer que, n'um velho palacio real, persiste contra toda a verosimilhança, a sombra de uma soberania de eleição; mas tudo o mais que vemos e ouvimos não nos falla já de democracia imperante, senão de democracia vencida. A alleluia da restauração monarchica não daria logar por um lado a tão insolente triumpho, por outro a tanta humilhação.

A singularidade d'este monstruoso caso da historia nacional consiste em que o regimen sobrevive á sua

propria derrota, que outra coisa não é o que se está passando.— Existe e já não é reconhecido pelos que o servem: a sua Constituição foi declarada insubsistente; do seu primeiro parlamento não ha vestígios; a sua auctoridade sahiu-lhe das mãos e passou para as mãos de adversarios; as suas leis foram modificadas, ou annulladas; os seus servidores tornaram-se-lhe suspeitos e são perseguidos; finalmente os seus inimigos foram reconhecidos como legitimos, reconduzidos ao paiz e restituídos ás suas posições. O que é que sanciona perante a nação o que se está passando? — A solidariedade de alguns republicanos. Sem ella, um tal estado de coisas seria simplesmente a Restauração, com esta circumstancia que ainda caracteriza mais a similhaça entre os dois factos e é que a restauração procederia por simples mandado de despejo e o estado de coisas actual não procede de outro modo. Manda fechar o parlamento por soldados, os municipios por beaguins e aos funcionarios que destitue põe-nos na rua sem outra fórmula de processo. Pergunta-se — o que fará elle mais? e tem-se a impressão de que a Republica ainda existe n'este paiz por uma attenção pessoal do sr. Pimenta de Castro para com o seu amigo Manuel de Arriaga.

Como pôde tornar-se possivel similhante situação n'um dos Estados da Europa mais ciosos da sua liberdade e onde ella tem feito mais rapidas conquistas?

E' o que vou dizer. E' preciso accudir á Republica com algumas verdades urgentes, porque o seu grande mal, a meu vêr, é a mentira — uma mentira espessa que a envolve como uma nevoa, desde o seu advento, e que faz vêr tudo, os factos como os homens, confusos, deformados e inexplicaveis.

\*

\* \*

A maior mentira da Republica foi a dos seus partidos.

Os partidos politicos buscam a sua razão de ser na sociedade e nas suas tendencias e aspirações. Que indicações deu a democracia portugueza ao partido republicano para que se dividisse? A nossa primeira assembléa parlamentar resumia uma unica aspiração — a confirmação legal da Republica. O partido republicano,

no entanto, dividiu-se ali mesmo em tres agrupamentos, em volta de uma questão de personalidades, como foi a escolha do chefe do Estado e em circumstancias tão illogicas e absurdas que ao lado dos que foram designados pelo nome de radicaes, formaram conservadores, e para os que a si proprios se intitularam conservadores passaram os mais ardentes radicaes. Tudo isto foi a obra do acaso de um debate mesquinho e irritante e de tal maneira foi a obra do acaso que, pouco depois, os proprios que a promoveram com o seu capricho perguntavam a si mesmos porque estavam divididos e todos reconheciam, como ainda hoje reconhecem, que semelhante divisão foi funesta á Republica.

Se o primeiro parlamento da Republica se tivesse inspirado na nova moral que o novo regimen lhes aconselhava e segundo a qual só os principios devem dividir os homens, essa divisão não teria perdurado e a questão das candidaturas presidenciaes morreria ao nascer, como um incidente secundario da vida parlamentar. Mas os republicanos de 1911 deixaram-se dominar por esse espirito de facção, que foi o apanagio da monarchia, como se o seu exemplo e as suas inspirações pesassem ainda sobre elles, e, de uma miseravel questão de pessoas, pretenderam fazer e fizeram uma questão de principios.

Foi esta a primeira mentira da Republica. Outras se lhe deviam seguir, como consequencia logica d'aquella.

Como legitimar perante a opinião, antagonismos constituídos fóra da sua acção e das suas indicações?— Aqui, a Republica copiou textualmente a monarchia e d'esses antagonismos fez lábaros diferentes. Nos ultimos tempos do antigo regimen, os partidos politicos, formados ao sabor de intrigas e conveniencias pessoas, não encontravam já na nomenclatura das idéas designação que lhes conviesse e designavam-se pelos nomes dos seus chefes. Assim, o antigo regimen teve os *henriquistas*, os *teixeiristas*, etc. Foi assim tambem que a vida politica da Republica lamentavelmente começou. Mas a opinião republicana scandalisava-se com este espectáculo imprevisto, que lhe mostrava a Republica, de quem esperara uma moral nova, seguindo as pisadas da antiga moral monarchica. Para legitimar a sua obra illegitima, o parlamento procurou então fundar os seus

desaccordos em razões de ordem jurídica, e o que logo lhe ocorreu foi que o equilíbrio dos partidos reclamava a existencia de uma opposição e que a Republica não podia passar sem ella, pois — accrescentava-se — não podia passar sem um poder de fiscalisação.

Assim, a vida politica da nação começava por se organizar sobre uma base de intoleraveis ficções. No momento em que o primeiro parlamento da Republica se propõe encetar uma obra que não pôde deixar de ser commum e que vae desde a promulgação do direito novo e a organização da nova administração até á defeza das instituições; o primeiro pensamento da Republica é declarar-se em opposição a si mesma, creando o artificio de um antagonismo constitucional que só está na sua imaginação. Pretendeu-se assim renovar — o quê? O rotativismo, na sua fórma monarchica, alternando-se authomaticamente radicaes e conservadores no poder, como outr'ora regeneradores e progressistas, por um systema de balança. Os mestres de direito politico constitucional do primeiro parlamento da Republica esqueceram, porém, que o rotativismo monarchico foi o resultado de um artificio necessario para dar ao paiz uma paz que sem elle não seria possivel, mas de todos os modos — artificio, isto é, negação de toda a soberania nacional. A autonomia politica dos cidadãos e a existencia de uma vida publica consciente, como a que se suppõe existir com o novo regimen, invalida a idéa da renovação d'essa ficção; mas os vicios do systema constitucional tão profundamente marcaram o entendimento publico que mesmo aquelles que os combateram, vieram mais tarde mostrar que não se tinham subtrahido completamente ás suas influencias perniciosas. Sobre o primeiro parlamento republicano pairou o espirito da monarchia.

A verdade, que é necessario proclamar-se, é que alguns dos homens que mais tarde haviam de desempenhar papel preponderante dentro do novo regimen trouxeram para elle uma mentalidade já avariada pelo contágio da moral e dos costumes politicos constitucionaes, nenhuma confiança no poder de transformação moral das proprias idéas que defendiam, nenhuma confiança no povo. Por isso se pôde dizer que só o povo entrou com fé na Republica. Os que o commandavam

nem todos a tinham, nem n'ella, nem n'elles proprios, e tão pouco a tinham que quando ella veio com grande surpresa sua, o seu primeiro cuidado foi o de conquistar os adversarios da vespera, na crença estúpida de que, sem elles, a vida do paiz se tornava impossivel.

N'uma palayra, foi a ausencia de um verdadeiro espirito republicano que consentiu que, fóra de uma opinião que se desprezou, se organisassem em partidos nos primeiros dias da Republica, simples antagonismos de occasião, suscitados por questões de interesse pessoal, alimentados pelos resentimentos de debates aggressivos e sem elevação, finalmente orientados pela ambição, pelo capricho, pela vaidade de mandar.

Mas se o pensamento de forjar uma opposição artificial dentro da primeira assembléa da Republica não foi outra coisa senão uma ficção, o pensamento de a nobilitar attribuindo-lhe o caracter de uma força de moderação, foi outra. A formação de um grupo politico republicano conservador só poderia justificar-se por antagonismos de principios sobre pontos essenciaes do programma republicano, e esses antagonismos nunca se manifestaram. E como poderiam elles manifestar-se se os unicos que ainda permittiam dividir a opinião do parlamento republicano eram os que se continham nas leis do Governo Provisorio, a que cada um dos novos chefes politicos tinha apposto a sua assignatura? Este caso de solidariêdade ministerial nunca foi apreciado em toda a sua extensão, mas o certo é que se o parlamento pôde estar em desaccordo sobre a integralidade dos principios ou das disposições das leis do Governo Provisorio, quem não tinha auctoridade alguma para as julgar severamente eram aquelles que as firmaram com o seu nome. No entanto, os unicos desaccordos que se esboçaram não tiveram outra origem que não fosse o da revisão de algumas leis revolucionarias, — e justificavam elles porventura que sobre tão precaria base se improvisasse um partido conservador? Por outro lado, déra a opinião republicana, pelos meios que a opinião sempre encontra para se exprimir, qualquer indicação que induzisse a crer que a Republica tinha ido muito longe e que era necessario retroceder — unica indicação que accusaria a existencia, no partido republicano, de uma corrente conservadora como é por exemplo aquella que em França apoia o

partido progressista francez? Com excepção dos inimigos da Republica, que são os do seu programma laico e os do seu programma fiscal, nenhuma voz se ergueu no paiz a negar ao novo regimen o direito de ir até onde for.

Mas onde o artificio da formação de um partido conservador dentro da republica radical salta flagrantemente aos olhos é no facto de se collocar á frente de um d'elles, quem? — o maior agitador que teve a Republica, o campeão da plebe, como elle proprio se intitulava, o organisador das associações secretas, o homem que em Portugal mais perturbou a alma popular, com as promessas e visões da Republica radical (1). Os principios conservadores não podem ter semelhante tradição. E' absurdo. Pois foi esse absurdo que se deu e dos dois intitulados partidos conservadores, o que se affirma investido em mais lidimos principios, é presidido pelo sr. Antonio José d'Almeida!

\*

\* \*

Mas, eis-nos chegados ao ponto em que estas successivas mentiras, depois de terem perturbado a vida parlamentar, vão perturbar a vida do paiz e conduzir a Republica á grande crise em que se encontra.

Os antagonismos formados no parlamento procuram então cá fóra, na opinião nacional, uma razão de ser. Era este o momento de normalisar a vida publica do paiz provocando a sua intervenção nos primeiros pleitos

---

(1) Referindo-se ao apparecimento do seu semanario a *Alma Nacional* em uma conferencia que realisou em 2 de dezembro de 1909 no Centro installado em Lisboa sob a invocação do seu nome, o sr. Antonio José d'Almeida annunciou que o seu jornal seria «intransigente, radical e demolidor, prégando a autonomia completa do partido republicano, que só pôde ter ligação com os partidos mais avançados»; e, resumindo o objectivo da sua publicação, disse, segundo os jornaes do tempo: «A *Alma Nacional* não vae ser um jornal meu (as palavras gryphadas são do texto d'onde as reproduzo). Vae ser o *nosso jornal*. Isto é, vae ser o jornal de todos os trabalhadores da causa que ha-de salvar este paiz, vae ser sobretudo um órgão de plebe, vae ser o campeão d'essa *escoria* *limo humano* que se chama o Povo.»

da Republica, por uma consulta ao suffragio. A Assembléa constituinte, privando o chefe do Estado do direito de dissolução, condemnou a politica portugueza a esse abominavel *gáchis* que, no decurso de quatro turbulentos annos, trouxe a sociedade em agitação, o regimem em crise, a democracia em sobresalto e a reacção em actividade, acabando finalmente por precipitar a Republica nos braços da contra-revolução.

Mas a opinião das democracias é muito clara e expressa para que seja preciso consultal-a, afim de a conhecer. A democracia portugueza não respondeu ás divisões do parlamento republicano. No meio das decepções que lhe trouxeram as realidades da Republica parlamentar, permaneceu fiel ao principio da sua unidade. Faça-se um rapido inquerito á situação politica do paiz e breve se reconhecerá que a grande massa da opinião republicana está toda agglomerada a um lado; e esta foi e só esta a razão essencial por que os homens da Republica não se entenderam e irritaram até ao paroxysmo as suas luctas pessoaes. Esta força não podia dividir-se por muitos e muitos a quizeram (1). O resultado das eleições supplementares foi já indicador do estado da opinião republicana. Os chefes dos partidos a quem elle foi desfavoravel sentiram-se condemnados e sem destino e lançaram-se então de olhos fechados nas mais insensatas aventuras que podem perturbar a existencia de uma democracia. A ultima e de mais graves consequencias para a Republica e para o paiz foi a dictadura general Pimenta de Castro, patrocinada e defendida com um fim unicamente eleitoral (2) que é um impudente

(1) «A Republica não pode ser o monopolio de ninguem e para que não o seja é absolutamente indispensavel que forças equivalentes, representando orientações diversas, se encontrem ao seu serviço.» *Brito Camacho* — *Discurso na sessão da camara dos deputados, de 5 de dezembro de 1914.*

(2) «Não era possivel um governo democratico fazer as proximas eleições, mas d'essa impossibilidade foi um bocadinho difficil convencer o democratismo, agarrado ao Poder com a ancia de quem vê deante de si a morte.» *Brito Camacho* — «*A Lucta*», 10 de fevereiro de 1915.

«As eleições marcarão o inicio de uma vida nova e por certo temos que a lição do passado será proficua no futuro.» *Brito Camacho* — «*A Lucta*», 2 de março de 1915.

regresso á moral politica da monarchia e a negação feita a escancarás de todo o respeito pelo principio da soberania da nação.

A dictadura do general Pimenta de Castro, em si mesma, é um dos actos politicos mais affrontosos e contradictorios que ainda tem sido consentidos por uma nação livre. O snr. Pimenta de Castro não chega ao poder investido da auctoridade de uma grande competencia politica, ou do prestigio de uma gloriosa biographia militar. Não é um Pitt, não é um Monck, não é um Bonaparte, não é mesmo um Saldanha. É um amigo pessoal do Presidente da Republica, que o sr. Arriaga já havia trazido para a vida ministerial <sup>(1)</sup> e de quem se soccorre mais uma vez n'uma hora de crise, para que lhe valha. Foi n'estes termos angustiosos que o sr. Manuel d'Arriaga appellou para o seu concurso « Por tudo isto pois te peço que n'esse momento tão angustioso para mim e tão grave para a nação não te esquives, não venhas com evasivas ». (*Carta do sr. Manuel d'Arriaga ao sr. Pimenta de Castro, em 23 de janeiro de 1915*).

O que se propõe fazer o sr. Pimenta de Castro? Pacificar, diz elle, a familia portugueza. Como inaugura essa obra? Pronunciando ao assumir o poder e na presença de numerosos officiaes do exercito o mais descomposto libello que ainda se formulou contra as proprias instituições do paiz. Sem se referir a este ou áquelle governo, mas á generalidade dos governos da Republica, eis como se exprimiu o sr. Pimenta de Castro n'esse inconcebivel documento: « Trataram os cidadãos como se fossem uns servos de gleba. Desgovernaram a nação como se fôra um paiz de cafres ». O partido republicano estava dividido. Era urgente senão reconstituir a sua unidade, trazer os seus diversos grupos ao caminho dos entendimentos patrioticos que facilitassem a resolução dos problemas politicos do dia. Como procedeu o sr. Pimenta de Castro para attingir este objectivo? Tornando-se chefe de facção e desencadeando uma tempestade de facciosas represalias. Ao confiar-lhe o encargo do poder, o sr. Manuel d'Arriaga reclamou d'elle, « como clausula expressa », que o seu governo não fizesse poli-

(1) Vêr a **Nota** na ultima pagina d'esta brochura.

tica partidaria. Como se desempenhou o sr. Pimenta de Castro d'este mandato? Demittindo os partidarios do sr. Affonso Costa e nomeando os partidarios dos srs. Brito Camacho e Antonio José d'Almeida. Qual vae ser o seu programma? perguntaram-lhe. — Pegar na lei e andar para deante, respondeu elle. A expressão não era maravilhosa, mas ao menos o seu sentido era claro. Como executou o sr. Pimenta de Castro este programma? Encerrando o parlamento, dissolvendo as corporações administrativas, annullando, ou alterando as leis da Republica, supprimindo a Constituição e collocando-se em dictadura, em termos taes que um órgão monarchico poude escrever: « Para que seja restaurada a monarchia constitucional e aclamado rei de Portugal pela segunda vez, o senhor D. Manuel, só ha uma questão prévia — a quéda *definitiva* da agonisante Republica ». Já se tem procurado analogias entre a dictadura do sr. Pimenta de Castro e aquella a que presidiu o sr. João Franco. Não ha, porém, a menor relação entre uma e outra. O poder do sr. João Franco inspirava-se n'um pensamento de defeza das instituições. D'este não se sabe em que principios se inspira. O sr. João Franco deportava os inimigos do regimen: este mette-os cá dentro.

A esta situação equivooca, que faz conhecer á Republica a sua peór hora de incerteza estão dando a sua solidariedade, no meio das mais espantosas contradicções <sup>(1)</sup> alguns dos homens da Republica mesma. E com que fim? com que fim? Na realidade com um fim unico — o de esmagar um adversario que se tornou poderoso e se tornou aggressivo. <sup>(2)</sup> Assim, a dictadura do

(1) « Se o governo se mantiver na legalidade, elle tambem não sahirá do campo legal. Mas se elle saltar fóra da constituição, o partido evolucionista entrará immediatamente no caminho da revolta. » *A. J. d'Almeida — Camara dos deputados. Sessão de 28 de junho de 1913.*

« O nosso papel, hontem, era essencialmente o de guardiões da Constituição, o de homens que velavam pelo cumprimento d'aquillo que ha de mais essencial na vida de um povo — a integridade do seu pacto fundamental. » *A. J. d'Almeida. « Republica » — Artigo « Mascara no chão », publicado em seguida á reunião do Congresso, em que foi votado o adiamento.*

(2) « ... Se o partido democratico lograsse ter maioria no Congresso, o que Deus não permittirá... ficaria assegurado o poder ao

general Pimenta de Castro ficará na historia das nossas instituições democraticas como o fructo de um dos mais funestos extravios a que pôde conduzir o espirito de facção.

\*

\* \* \*

Estas foram as causas do estado de anarchia politica a que chegou o regimen e que tornou possível o advento do sr. Pimenta de Castro. O que é que o justifica, porém, na opinião de todos os facciosos — assim os que combatem a Republica, como os que a defendem? O mais recente documento emanado da dictadura, o relatorio que precede o decreto de amnistia de 20 de abril, o diz: a necessidade de «fazer com que ella seja um regime de liberdade e tolerancia, sem odios sectarios, isempto de espirito de perseguições, aberto a todos e em que a todos se mantenha o respeito das suas opiniões, das suas crenças e dos seus ideais.»

Assim, a Republica teria sido até aqui um regimen de despotas e fanaticos, de perseguidores e terroristas e foi preciso que viesse ao poder o governo do sr. Pimenta de Castro para que ella entrasse enfim n'uma phase de liberdade, de direito, de justiça e de tolerancia.

Esta impudente mentira é das que tem feito correr mais tinta, em Portugal e no estrangeiro, e vale por isso a pena que nos demoremos a analysal-a.

Chamando a attenção dos partidos da monarchia do seu tempo para os males que das suas discordias viariam para o regimen, e para o grande desastre que seria para elles a sua queda e o advento da Republica, o grande jornalista que foi Emygdio Navarro escreveu um dia: (1) «Os regeneradores são adversarios incorrigivelmente facciosos, mas os republicanos são inimigos radicalmente intranzigentes. Com os regeneradores, temos de commum o equilibrio constitucional; com os republicanos temos o antagonismo irreconciliavel, porque exclue toda a com-

---

democratismo, por *omnia secula seculorum*, salvo o recurso aos processos violentos, que só tem legitimidade quando são indispensaveis.» Brito Camacho — A «Luca», 11 de feveiro de 1915.

(1) «Novidades», 29 de março de 1890.

munidade de interesses. Com os regeneradores temos as alternativas mais ou menos equitativas e suaves da rotação do poder; com os republicanos teríamos a expulsão e a expropriação. Regimen novo reclama homens novos. Os regeneradores defendem posições que amanhã terão de entregar-nos; os republicanos marcham a um assalto, cujo triumpho seria sem quartel.»

Vinte annos depois, a Republica veio.

Correspondeu ella ás previsões que vinte annos antes Emygdio Navarro fizera sobre o que deveria ser, mais tarde, a sua obra politica? Foram os republicanos radicalmente intransigentes com os seus adversarios da véspera e oppozeram a estes um irreconciliavel antagonismo de interesses? Trouxe a Republica consigo esses effeitos temerosos do seu advento: a expulsão e a expropriação? Foi o seu triumpho sem quartel, no alarmado dizer do jornalista monarchico?

Passo em claro a obra do povo, essa obra de magnanimidade e de clemencia que permittiu á Europa surpreendida assistir no nosso tempo a uma revolução sem represalias como foi a de 5 de outubro, e vejamos simplesmente o que foi a obra dos novos poderes publicos.

O primeiro acto da revolução de Julho foi instaurar o processo dos ministros de Carlos x. Polignac foi julgado, condemnado e esteve seis annos no Castello de Ham. A Republica não instaurou processos, não julgou, não condemnou. No dia seguinte ao da sua proclamação, os mais notorios homens politicos da monarchia passejavam tranquillamente nas ruas de Lisboa. Praticou este acto unico na historia: manteve ao seu serviço os que ao serviço da realza, a tinham combatido com as armas na mão. Não aceitou a demissão do capitão Paiva Couceiro e não a deu a nenhum dos officiaes que, como este, se bateram contra ella. Ao contrario, mais tarde deu-lhes postos, situações, missões de confiança.

A administração republicana, essa, póde dizer-se que nunca chegou a installar-se, porque quem diz administração nova, diz novos funcionarios e os funcionarios permaneceram os mesmos, d'alto a baixo na escala da hierarchia administrativa. O Governo Provisorio não teve outro cuidado que não fosse o de reconhecer os seus *direitos adquiridos*. No entanto, os da Revolução eram muito maiores. Era presumivel e era logico que a admi-

nistração republicana se apossasse immediatamente de todos os cargos de auctoridade, entregando a homens da sua confiança a direcção dos serviços publicos. Nada d'isso porém succedeu, e grande numero de altos postos da administração publica ficaram nas mãos dos que os occupavam, muitos dos quaes não só tinham opiniões monarchicas, como militavam em partidos da monarchia. A direcção geral dos negocios politicos internos — este facto é caracteristico da moral que presidiu á installação do regimen republicano em Portugal — permaneceu a cargo do funcionario que a occupou durante os ultimos annos da monarchia e só a deixou perante um movimento da opinião republicana escandalizada. Mas não supponham aquelles que o ignorem, ou já o tenham esquecido, que esse funcionario foi objecto de qualquer perseguição; como compensação da perda do cargo de auctoridade que teve de abandonar, o Governo Provisorio deu-lhe outro — o de juiz do Supremo Tribunal Administrativo, em que não ficou investido de uma auctoridade menor.

Com a administração dos negocios externos succedeu outro tanto. A sua direcção e os seus serviços permaneceram nas mãos dos antigos funcionarios da monarchia, e se a diplomacia não é hoje inteiramente a mesma, isso se deve a ter hâvido diplomatas do antigo regimen que se recusaram a servir o regimen novo. A Republica não demittiu um só d'esses funcionarios e limitou-se a registar os seus pedidos de demissão! Aos que não o fizeram conservou-os e conserva-os ao serviço do Estado republicano. Mas n'este departamento, não se limitou a abster-se de toda a politica de renovação, ou de perseguição, se assim poderia chamar-se a uma politica que tivesse em vista fazer entrar a auctoridade do novo regimen em todos os ramos da administração publica: abriu uma carreira nova aos funcionarios do antigo regimen e de simples adidos fez 1.<sup>as</sup> secretarios de Legação, de 1.<sup>as</sup> secretarios de Legação fez ministros plenipotenciarios. Nunca, sob a administração monarchica, se teria dado semelhante promoção. Ao entrar n'este ministerio, a Republica não perguntou aos seus funcionarios as opiniões que tinham e, ao contrario, muitas vezes pareceu favorecer aquelles que tinham opiniões ostensivamente monarchicas; e o que succedeu n'este ramo da administração succedeu em todos os

outros, de um modo tão flagrante que para o verificar basta ver quem são ainda hoje os homens que nas nossas repartições publicas occupam grandes e pequenos postos: — são os mesmos que a Revolução de 5 de outubro lá encontrou. Os que lá não se encontram e estão em suas casas, estão gosando os beneficios das reformas e aposentações com que a Republica os indemnizou pelo facto de se privar da sua collaboração.

Esta situação fazia dizer mais tarde ao sr. João de Menezes: «A verdade é que a Republica não procedeu para com os constitucionaes como estes procederam para com os miguelistas. Os constitucionaes demittiram empregados publicos ás centenas; os republicanos demittiram duas ou tres duzias, deixando que ficassem occupando excellentes pontos estrategicos muitos dos seus inimigos, se é que não lhes melhorou a situação. A Republica não demittiu, como a Monarchia Constitucional, dezenas de officiaes do exercito e da marinha; limitou-se a dar a demissão áquelles... que a pediram, ou áqueles que nem se quizeram dar a tal trabalho, por entenderem que era mais simples desertar. Não expropriou nenhum particular dos seus bens, para com elles enriquecer os vencedores, e não premiou com os bens dos conventos quem quer que fosse, como a tantos dos seus caudilhos fizeram os que triumpharam em 1834. A revolução republicana foi muito menos violenta e custou menos victimas do que algumas das substituições revolucionarias de ministerios, que se deram de 1836 a 1851.» (1)

\*

\*   \*   \*

Mas se a Republica se conduziu assim com o Estado monarchico, como se conduziu ella com as manifestações do espirito monarchico? Essa historia é larga e não a faria um grosso volume.

O espirito monarchico em Portugal reaccendeu-se póde dizer-se, no dia seguinte ao da proclamação da Republica, não porque o novo regimen o indispozesse, por meio de uma politica de intransigencia, mas, bem ao

---

(1) *A Lucta*, n.º 3209.

contrario, porque o encorajou com os estímulos da sua politica de longanimidade (1). Um mez depois de se proclamar a Republica, a imprensa monarchica reaparecia, mais combativa e aggressiva do que nunca, como se estivesse já no seu proposito derrubar o novo Estado erigido na vespera; e affirmar que ella tem estado coacta sob o regimen republicano é affirmar a mais clamorosa mentira. No meio dos accidentes a que a tem exposto a sua obra revolucionaria e impopular, ella não tem encontrado nas leis nem coacção, nem perseguição. No tempo do antigo regimen as perseguições á imprensa constituíam a normalidade das relações do poder com os seus adversarios. Os processos de imprensa sob o regimen republicano ainda não conduziram á cadeia qualquer jornalista monarchico, e a imprensa monarchica pôde assim, ao favor d'esta situação, emprehender contra a Republica e os seus homens a mais violenta e destemperada obra de aggressão que ainda foi consentida pelos poderes publicos, n'uma sociedade civilisada.

O respeito pelas opiniões de todos de que falla o documento a que atraz me refiro foi tão largamente reconhecido pelos poderes da Republica, que se tornou extensivo, mesmo aos funcionarios do Estado repu-

---

(1) «A revolução triumphante esqueceu n'um dia todo o seu passado de sangue, de lagrimas e dôres. Esqueceu tudo. Esqueceu que se engendrara no mais longo e duro periodo de adversidade que ainda flagellou uma idéa. Esqueceu perseguições ferozes, como só tem sido feitas aos fanaticos de uma religião. Esqueceu exilios, esqueceu deportações, esqueceu carceres. Durante vinte annos, foi tratada como um lobo, ao qual se faz montaria. Como um malfeitor, foi arrastada durante vinte annos, de cadeia em cadeia. Tudo esqueceu. O seu corpo estava cheio de cicatrizes mal fechadas: 4 de maio, 18 de junho, 5 de abril, 28 de janeiro. Esqueceu-as. Esqueceu as dores do passado e esqueceu as agonias da vespera. O que a esperava na vespera eram talvez os horrores da repressão yersalheza, os fusilamentos em massa, as prisões em massa, as buscas domiciliarias, o estado de sitio, a lei marcial, o terror. A monarchia estava perdida e os seus estupidos sequazes, mais ferozes do que turcos, espreitavam de ha muito essa hora sangrenta para a salvar. A revolução triumphante teve esta visão de sangue, mas depressa a varreu e sem odio, sem resentimento, sem rancor, toda feliz e orgulhosa do seu triumpho, esqueceu, que digo eu?—n'um grande élan de fraternidade, estendeu as mãos, abriu os braços aos seus algozes e convidou-os por sua vez—a esquecer.» *Cartas Politicas*, 22 de dezembro de 1910.

blicano, com prejuizo de toda a disciplina administrativa. Assignalando eu em tempo este facto a um diplomata que representou o seu paiz junto dos nossos governos, ouvi-lhe dizer: — «*Çà ne prouve rien en faveur de la République: çà c'est l'organisation de l'anarchie.*» Mais do que a tolerancia, esse verdadeiro estado de anarchia foi o que a Republica consentiu, até ao ponto de ter sido e estar sendo acommettida na imprensa, por alguns dos seus funcionarios de maior autoridade e responsabilidade. O nenhum respeito pela autoridade do Estado republicano attingiu proporções que o proprio publico desconhece. — No cifrante do ministerio dos Negocios Estrangeiros incluiu-se e subsiste uma cifra para a expressão — *monarchia restabelecida!*

Procurou-se tornar corrente em Portugal e no estrangeiro que a Republica Portugueza era um Estado de sectarios, inimigos da religião e perseguidores de crenças religiosas, e esse conceito o reconhece e adopta a dictadura Pimenta de Castro, quando diz no relatorio da amnistia que se propõe fazer manter o respeito pelas crenças de todos.

A educação racionalista dos portuguezes não foi feita pelos republicanos. Os nossos primeiros livres pensadores foram liberaes, como é de origem liberal a instituição da maçonaria, onde primeiro se acoitou entre nós o espirito de livre exame. O precursor da politica anti-clerical dos portuguezes é Pombal. Os seus organisadores em programma de governo são os homens do regimen liberal, um dos quaes é Joaquim Antonio d'Aguiar — *o Mata-fra-des*. Os republicanos são apenas os herdeiros d'esta tradição. Não póde por isso ser-lhes legitimamente imputada a responsabilidade de haver creado no povo portuguez esse espirito de resistencia á acção dos dogmas religiosos, que os catholicos militantes erradamente interpretam como espirito de impiedade e que permittiu á Republica dissolver as Congregações, separar a Igreja do Estado, neutralisar o ensino sem provocar no paiz a menor perturbação. E' que a applicação d'estes principios não fazia já parte de um programma de partido, ou de seita, como o dão a entender os reaccionarios que combatem a Republica Portugueza, mas na realidade constituia uma aspiração da opinião nacional. No dia seguinte ao da proclamação da Republica eram os proprios monarchico-

liberaes, ou pseudo-liberaes que reclamavam a sua applicação. O jornal *O Dia*, no qual hoje se faz o processo da politica radical e anti-clerical da Republica e se tornou orgão dos reaccionarios portuguezes, reclamava-o n'estes termos expressivos: « A Republica é um facto e não ha forças que a derruam. Saudamo-la. E defendel-a-hemos. Inclina-mos-nos perante o novo regime; e da mesma fórma porque queriamos uma monarchia amplamente democratica, anti-clerical, desejamos que a nova Republica tenha um character *radical*, olhando para as questões de justiça social e extinguindo de vez — aliás terá graves sobresaltos e perturbações — todas as forças conventuaes e jesuíticas do ultramontanismo catholico ». (*O Dia*, 7 de outubro de 1910).

E' porventura certo como se affirma, que a applicação d'estes principios dêsse logar á pratica de actos de intolerancia que possam ser interpretados como manifestação do espirito sectarista do poder da Republica, ou do espirito fanatico das multidões republicanas? Perseguiu-se em Portugal a religião? Encerraram-se os templos? Prohibiu-se ou limitou-se o exercicio do culto? Exerceu-se, n'uma palavra, qualquer irreparavel coacção sobre a consciencia catholica? « A verdade, dizia ha pouco a um redactor do *Seculo* o dr. Motta Veiga, « verdadeira autoridade no meio catholico », segundo este jornal, é que ha tolerancia bastante para a religião poder viver. Em toda a parte onde se pretende fazer uma cerimonia de noite obtem-se a necessaria licença das autoridades. Continua a celebrar-se como antigamente a chamada Missa do Gallo e todos os actos religiosos são livremente concorridos ». (*Seculo*, 18 de fevereiro de 1915). As procissões e romarias continuam a fazer-se como d'antes e as proprias limitações que o Estado republicano poz a estas manifestações do culto externo não perturbaram a vida religiosa do paiz. Na aldeia de onde escrevo estas linhas, houve ha dias a festa do Coração de Jesus. Duzentas creanças lá foram á primeira communhão, e este é no entanto um dos ignorados recantos do paiz onde palpita talvez mais viva a fé republicana.

Mas, se o exercicio do culto não tem encontrado embaraços, a propaganda religiosa tem sido tão livre como elle. De todos os pulpitos de Portugal se troveja contra a Republica e nas egrejas de Lisboa a palavra dos mis-

sionarios catholicos faz o proselytismo que quer. Na Quaresma do anno passado, prégou com ruidoso exito na egreja das Chagas o rev. Fernandes de Castro e este anno renovou no mesmo templo as suas prédicas dominicaes; e que assumptos versou livremente esse sacerdote, perante a sua assembléa de catholicos? Estes: «O homem sem religião e sem Deus», «A Familia sem Deus», «A Sociedade sem Deus», «O Povo sem Deus.»

Por outro lado, se as leis religiosas podem ter conuido disposições que affectem não já a liberdade de crenças, que é absoluta, mas o seu genuino exercicio, não foi porventura a propria opinião republicana, pela voz do parlamento e da imprensa, que assignalou esses inconvenientes e não são os republicanos, elles mesmos, que se propoem remedial-os promovendo a sua revisão? Foi porventura preciso que viesse ao poder um governo de adventicios para lhe fazer comprehender essa necessidade? e é legitimo que esses senhores se arvorem em libertadores da consciencia religiosa do paiz?

\*  
\* \*

A' mentira de uma sociedade de sectarios livre-pensadores, juntou-se, porem, a mentira de uma sociedade de jacobinos impondo com ferocidade a orthodoxia dos seus fanatismos politicos e dominando pelo terror, e é essa nova mentira que o relatorio que precede a amnistia de 20 de abril pretende reconhecer, quando proclama a necessidade de uma Republica, na qual se mantenha o «respeito de todos os ideaes.»

Se um dos ideaes a que esse documento se quer referir é o de restaurar a monarchia, podemos affirmar que tambem elle tem sido amplamente reconhecido n'este paiz, desde que entre nós se implantaram as instituições republicanas.

Está já esquecido o processo summario de que se soccorreu a monarchia para atalhar as tendencias revolucionarias do partido republicano, depois do movimento de 31 de janeiro de 1891. Quatro mezes depois de se produzir esse movimento, os seus autores e co-autores iam pela barra fóra, e o ultimo que pôde voltar, o capitão Leitão, só o pôde fazer doze annos depois! O tenente

Coelho cumpriu integralmente a sua pena de seis annos de deportação. O alferes Malheiro só vòltou a Portugal, póde dizer-se, quando a Republica se proclamou, e dos numerosos sargentos que os tribunaes militares de Leixões expediram para Africa já tinham cabellos brancos muitos dos que mais tarde começaram a recolher á sua patria. Sobre a dura repressão do movimento de 31 de janeiro os poderes publicos não pronunciaram uma palavra de clemencia. Durante vinte annos, a Revolução não tornou a levantar a cabeça.

Os monarchicos portuguezes fizeram no breve espaço de quatro annos, quatro tentativas caracterisadas de restauração monarchica (1), duas das quaes precedidas de incursões armadas e organisadas em territorio estrangeiro, e do modo como o Estado republicano entendeu reprimil-as falla eloquentemente este facto de que a Historia duvidará—quatro annos depois voltaram todos ao paiz e estão todos cá dentro; mas d'este facto não quero concluir em favor do espirito de tolerancia da Republica, pois tendo sido uma das suas mais condemnaveis fraquezas, foi a causa unica do estado de desordem social que se tem pretendido traduzir pela palavra *demagogia*.

Dizia o vencido da Revolução de 48 que foi Ledru Rollin, que quando um regimen cahe e outro se levanta, um abysmo se cava entre os dois que é necessario ter a coragem de transpôr a pés juntos. A Republica não comprehendeu este facto e não teve essa coragem. Por isso, o que primeiro lhe faltou foi o sentimento da sua autoridade. Mais entretidos a conquistar o passado do que a fundar o futuro, os seus primeiros homens inflingiram crueis desmentidos ás illusões do espirito revolucionario e prepararam assim, desde logo, uma situação social de desconsolo, de desasocego, de irritação e de ira, que tem sido alternativamente aquella em que o sentimento republicano se tem debatido desde o advento da Republica.

A Republica não teve o sentimento da sua autoridade e não teve sequer o da sua conservação. Dividiu-se

(1) Outubro de 1911—Incursão por Vinhaes.

Julho de 1912—Incursão por Chaves.

21 de outubro de 1913—Tentativa de sublevação em Lisboa.

20 de outubro de 1914—Sublevação em Mafra.

em presença do inimigo commum e do modo de o conjurar e combater fez um debate politico faccioso. — A discussão dos differentes projectos de amnistia com que o Estado republicano condecorou os seus adversarios, é uma das mais tristes paginas da historia da nossa democracia.

Quando a actividade incessantemente estimulada dos inimigos do regimen fez surgir os primeiros perigos, a moral do Estado e os seus meios de acção não inspiravam confiança, e todos, na ancia de salvar a Republica sem defeza, pretenderam substituir-se a elles. Eram infundados os seus receios? Quando se deu a tentativa de 21 de outubro de 1913, viu-se uma esquadra policial passar-se em massa para a contra-revolução. — Quer dizer, o Estado republicano não tinha sequer organizado a sua policia! O resultado foi que o povo republicano a organisou por sua iniciativa e assim se engendraram esses poderes anonymos e irresponsaveis, de que os inimigos do regimen tem feito uma arma de combate e os republicanos uma arma de opposição e que não são afinal senão manifestações de um sentimento atacado que não encontra defeza, se exacerba e actúa apaixonadamente. Deem-lhe a garantia da autoridade e elle deixará de ser — paixão, para se chamar simplesmente — solidariedade.

Foi a ausencia de um poder forte que provocou esses phenomenos sociaes e foram as desordens politicas que o alimentaram autorisando e estimulando a indisciplina collectiva. Não ha ordem possivel n'um Estado em que os homens publicos fazem da politica uma arena de gladiadores, na qual o povo é constantemente chamado a intervir, ora com os seus applausos, ora com os seus apupos, e foi isto o que succedeu. D'este estado de coisas foram responsaveis — todos! e alguns mesmos dos que mais indignadamente se pronunciam contra elle foram os seus principaes responsaveis.

Não! Em Portugal nunca existiu uma demagogia organizada que justifique a falsa reacção de moderados que veio ajuntar uma mentira nova, ás tantas mentiras que venho assinalando. Se essa demagogia tivesse existido, teria feito sentir a sua acção assim sobre os seus inimigos, como sobre os seus proprios amigos e como ella se manifesta quando existe e se transforma em fla-

gello social eloquentemente o diz a Historia. Quando o visconde de Chateaubriand atravessou a fronteira franceza com o exercito dos Principes, pensou e escreveu-o mais tarde nas suas *Memorias*: — « Este acto vae-nos custar muitas cabeças! » A demagogia ainda não fez cahir cabeças em Portugal e, no entanto, o exercito dos Principes tem passado differentes vezes a fronteira. Quando os realistas portuguezes realisaram a sua primeira incursão de 1911, produziu-se uma grande inquietação na familia monarchica, como diria o sr. Pimenta de Castro, pois se esperavam graves desordens e represalias. Nem houve desordens, nem represalias, como não as houve em 1912, ao renovar-se aquelle emprehendimento, e se algumas houve não estiveram em relação com o que era de esperar dos sentimentos das populações republicanas, exacerbados pela crescente actividade aggressiva dos inimigos da Republica. A sua obra tumultuaria e arbitraria de vigilancia em volta da teia de conspirações que os monarchicos portuguezes não cessaram de urdir, desde que a Republica existe em Portugal, foi naturalmente condemnada por estes; mas quem não tinha o direito de a julgar severamente eram aquelles cuja causa elles suppunham d'esse modo defender. O que, porém, contribuiu para que o conceito de uma demagogia a combater fizesse carreira portas a dentro do partido republicano não foram estes factos, mas os resentimentos pessoases a que deram logar as manifestações de parcialidade da Multidão, no conflicto dos politicos portuguezes. Os que foram victimas d'ella passaram a vêr n'ella a viva imagem da Demagogia e pozeram-se a detestal-a. A multidão é a mesma em toda a parte e, em toda a parte, os que se dirigem a ella, se dispõem a acceitar o que ella dá — amor, ou odio, flores, ou pedras. E' n'ella e no seu poder que se funda a força das democracias — força terrivel, conveniente; mas reivindicar-a e não a reconhecer, quando ella se distribue em ingratidão e injustiça, é contestal-a. Só possuem uma alma republicana os que a reconhecem legitima, a despeito dos seus extravios, dos seus desvarios, dos seus erros, dos seus proprios crimes. O povo acceita-se, ou nega se — em bloco.

Intitulei esta brochura — *A ultima crise*, porque estou persuadido de que, depois de a vencer, a Republica não terá outra e entrará finalmente no caminho que não soube encontrar após a Revolução. Um cyclo acabou: vae começar outro. A Republica vae nascer outra vez. E' preciso que renasça tão forte como a soberania que a engendrou. Do seu destino não duvido um momento. O que se está passando com ella já se passou duas vezes em França sob a sua terceira Republica, e a Republica Franceza não tem a base social da nossa. A sua força é a sua tradição, disputada pela tradição da realza, em nenhuma outra parte tão bellá. A força da Republica Portugueza é a solidariedade, que nenhum outro principio disputa. Até que ponto ella vae, vel-o-hemos em breve. O sr. Pimenta de Castro está-nos preparando essa demonstração.

Entretanto o que se passou, está passando e ha-de passar é uma tremenda lição, que é preciso que sirva a todos reunindo em volta da Republica n'um mesmo pensamento de engrandecimento e de defeza os verdadeiros republicanos; reduzindo as suas ambições ao dever de collaborar n'esta obra commum; ensinando-lhes que o espirito de facção é uma forma degradante da solidariedade politica e o peor mal das democracias e que os primeiros a beneficiar com a applicação d'estes principios devem ser elles proprios; finalmente, fazendo-lhes comprehender que não ha inimigos á esquerda — *pas d'ennemis à gauche*, como o proclama a divisa do partido republicano francez, que o inimigo é só um e que contra elle se devem reunir todos.

O mais grave erro da Republica foi o de não ter sabido realisar-se. O regimen republicano encetou a sua marcha sob a influencia dos conceitos individuaes mais contradictorios. — Uns quizeram realisar-a para os republicanos, outros para os monarchicos, ainda outros para todos. Nenhum a concebeu como devia e um só modo havia no entanto de a conceber, que se resume assim: — a

nação é de todos, mas o Estado é nosso. <sup>(1)</sup> O Estado é a origem de toda a autoridade. Chamando os monarchicos a collaborar na direcção dos negocios do Estado, a Republica dividiu a sua autoridade com elles. As consequencias d'este erro foram incalculaveis, por quanto a autoridade do Estado é a sua unica força: quando ella lhe foge, tudo ameaça subverter-se. — E' o que está succedendo n'este momento.

Ainda a monarchia não veio, como pretende, e já está applicando esses principios, pelo instrumento da dictadura Pimenta de Castro; o primeiro cuidado d'esse governo foi collocar gente sua nos postos de confiança, isto é, apossar-se do Estado. Julgue-se por estas manifestações o que seria a monarchia mesma, se definitivamente tomasse conta d'elle. — Mas a nossa moral não é a moral monarchica! objectavam os primeiros inspiradores da Republica. Foram estas especiosas distincções que levaram a Republica á situação em que se encontra. A moral do Estado monarchico é a de todos os Estados: o primeiro sentimento que os inspira é o da sua defeza.

A Republica teve maus conselheiros. E' preciso que elles não renovem a sua obra perniciosa, sob o pretexto

<sup>1</sup> Assim como não teve uma moral politica, a Republica não teve uma disciplina administrativa. Fez um regulamento disciplinar para uso dos funcionarios publicos e omittiu n'elle o que é essencial, isto é, o principio expresso da neutralidade.

Os funcionarios publicos estão ao abrigo do arbitrario do poder, e não perdem o direito ás suas situações senão em virtude de razões previstas na lei; estão ao abrigo do *chômage*, ou suspensões do trabalho, — o que não succede por exemplo aos operarios, — por isso que o Estado lhes garante o salario em troca da diuturnidade dos seus serviços; finalmente, estão ao abrigo dos accidentes da velhice, por isso que o Estado lhes assegura a reforma.

São estes beneficios consideraveis. Que lhes pede em troca o Estado em materia politica ou confessional? Neutralidade, mas essa — *absoluta*.

Esta doutrina foi posta em tempo com extrema precisão e clareza na Camara dos Deputados de França pelo sr. Poincaré, quando Presidente do Conselho. A sua applicação severa teria orientado a administração republicana no seu modo de se conduzir com os funcionarios da Republica, quaesquer que fossem as suas opiniões politicas ou crenças religiosas, não lhes pedindo solidariedade, mas reclamando d'elles essa neutralidade absoluta, sem a qual o Estado, no conceito do diplomata a quem me refiro n'outro ponto d'esta brochura, é o organisador da anarchia. (*Nota do auctor*).

de a servir. A elles devemos, já a politica de attracção, já a de entendimentos com os homens da vespera. Uma e outra foram negativas. A politica de attracção não trouxe novas solidariedades á Republica e o unico resultado da politica de entendimentos, de que sahiram os chamados partidos conservadores, foi dar curso e legitimidade á acção dos inimigos do regimen, que só se converteram para melhor o atacar.

São esses novos elementos republicanos que estão dando n'este momento o mais entusiastico apoio á dictadura Pimenta de Castro. Os que procuraram attrahe-los e os congregaram, invocaram a necessidade de os fazer intervir na vida publica. A sua intervenção na vida publica só seria possível fazendo-se táboa raza do programma laico e do programma fiscal do Estado republicano. Elles acceitariam em ultimo caso a Republica, com a condição d'esta não fazer differença alguma da monarchia. Nós fundamos a Republica para reformar o paiz. Elles não querem reformas, ou pelo menos recusam-se a reconhecer como necessarias aquellas que os possam attingir. Ora, a Republica Portugueza não se fundou para reformar theoreticamente a sociedade, sem bulir nos interesses creados.—Esses interesses são conservadores! bradam os que pretendem represental-os. Não são tal: são interesses illegitimos.

A Republica não repelle, isto é, não é uma força de antagonismo. Quem tiver o espirito formado para a acceitar que a acceite, que a sirva e se eleve dentro d'ella. A esses não devemos perguntar d'onde vem. Mas se a Republica não é uma força de antagonismo, é uma força moral que não faz concessões de principios e a condição essencial para a servir bem é acceital-os sem reserva. Tudo o que não seja isto é o equivoco.

Representam ao menos os interesses creados uma força politica perante a qual os principios republicanos devam capitular? A força politica d'esses interesses era uma só: o estado de vassallagem das populações ignaras, isto é—o suffragio universal. Era sobre esse poder inconsciente que ella unicamente se fundava e tão unicamente o era que hoje, ao querer renascer no meio da crise da Republica, é por elle que chama, é para elle que appella desesperadamente.—Nós somos a maioria! clamava ha dias um orgão da monarchia. Seja! A monar-

chia é talvez a maioria dos illetrados, dos incultos, dos cegos, mas a Republica não é esta maioria: como o dizia Georges Clémenceau, a Republica é a razão.

A Republica é uma só e já vemos que não foram os principios que nol-a dividiram, senão o capricho dos homens; mas d'este modo — já o vimos tambem — recahimos lamentavelmente nos peores vicios do antigo regimen. Nós que condemnamos com tanta energia a immoralidade dos costumes politicos da monarchia, fundamos como ella as clientellas pessoases; nós que arvoramos tão altivamente as doutrinas de emancipação do cidadão pela educação e pela cultura democraticas, passamos como ella a constituir *clans* em que um só manda e outros obedecem; nós que marcamos a ferro em brazas esse systema de dependencias, chumbamos essa grilheta aos pés.

A França politica republicana divide-se em tres grandes partidos, o partido socialista, o partido radical, o partido progressista, nenhum dos quaes tem um chefe. Fóra d'estes agrupamentos conta a politica franceza alguns homens eminentes. O sr. Georges Clémenceau é um d'elles, o sr. Aristides Briand outro, o sr. Barthou, outro, e nenhum d'estes senhores pensou que ficasse sem destino na politica franceza, por não presidir ou fazer parte dos partidos politicos. Os srs. Clémenceau, Briand e Barthou já foram chefes de governo, algumas vezes ministros, e sempre que a França precisa do concurso de qualquer d'elles chama-os ao poder executivo, sem que, pelo facto de não se fazerem apoiar por partidos seus, elles tenham perdido uma parcella do seu prestigio, que só se funda no seu merito.

Porque razão os homens publicos da Republica, que se reputam necessarios, se julgariam obrigados a fundar ou a conceber a fundação de partidos politicos, mesmo quando elles tenham as mais falsas razões de existencia? E por outro lado, porque se moveria sempre a politica da Republica, como se moveu a da monarchia, á volta das mesmas personalidades? A Republica Franceza tem tido uma extrema variedade de governos e nem por isso a sua democracia tem deixado de realisar as suas aspirações, nem por isso a França tem deixado de effectuar os seus progressos. O que é proprio das democracias é, ao contrario, a constante renovação do seu pessoal.

O espirito de partido, ou de facção é uma fonte de parcialidade e de injustiça. Os homens da Republica levaram os exaggeros d'esse espirito até ao ponto de negarem a sua propria obra. Um dos resultados mais felizes da administração republicana foi o restabelecimento da ordem nas finanças publicas. Pois esse facto, que deveria ser para todos motivo de satisfação, foi contestado por muitos e por muitos apregoado como uma mentira, porque trazia a chancella de um adversario politico. Este espirito deve ser debellado pela reprovação publica, sob pena de nos mostrarmos ás nações da Europa como um povo da mais baixa mentalidade.

Existe na politica portugueza uma personalidade, cujo nome não póde ser passado em claro n'uma publicação como esta, destinada a apreciar a maior crise da Republica. Refiro-me ao sr. Affonso Costa e ninguém ignora que, por assim dizer, essa crise se produz em volta d'elle.

O sr. Affonso Costa é uma força de combate e de opposição. Assim se revelou sob o antigo regimen e assim permaneceu sob a Republica. Mesmo ao assumir as responsabilidades do governo continuou a ser essa força. Dir-se-hia que a sua obra politica é sempre dirigida contra alguma coisa, ou contra alguém; as suas leis religiosas parecem dirigidas contra a Igreja; as suas leis fiscaes parecem dirigidas contra a propriedade e as suas proprias leis sociaes parecem ser de combate á sociedade, á sua organização e aos seus males. E' um faccioso? Não o creio. Um faccioso teria ido mais longe do que elle foi. E' apenas um combativo que legisla, com o enthusiasmo e o ardor de quem se bate e eu convenho que, por isso mesmo, a sua legislação é susceptivel de uma fria e severa revisão. Mas por outro lado, se estas qualidades não se encontrassem reunidas n'um homem capaz de tudo ousar, n'uma sociedade politica que despertava de um longo lethargo, o que teria feito a Republica que justificasse as razões juridicas da Revolução? Sem os actos e as leis de que o sr. Affonso Costa assumiu desde logo a tremenda responsabilidade, o objectivo immediato da Republica teria sido tão sómente a conquista do poder politico, uma mudança de formulas, uma simples substituição de personalidades — e poderia ser este o fragil sólo em que assentasse o monumento da

nova structura politica da nação? Era urgente tornar a Republica necessaria e o sr. Affonso Costa respondeu a essa urgencia com a precipitação de quem trabalha de pressa, mas — é forçoso reconhecê-lo — com a coragem de quem faz o que deve fazer. Entretanto, a Republica que devia tornar-se necessaria tornou-se immediatamente util: lançou as bases da sociedade democratica, constituiu um patrimonio que é a sua razão de existencia e a sua justificação perante a historia.

Quando, ainda unidos, nós preparavamos a Republica, examinámos algumas vezes o que deveria ser a obra do Governo Provisorio, e muitos eram de opinião que deveria ser de simples defeza do regimen, enquanto outros, mais sagazes, sustentavam que deveria ser de reformas immediatas. Eram estes os que tinham razão. O que teria sido a Republica sem essa obra, ao cabo de um anno de desordens e discordias, com as suas divisões de gabinete, as intrigas dos pretendentes, as *grèves* operarias e os tumultos da vida revolucionaria? Nada! Peor que nada: um desastre! O que a salvou d'esse desastre foi essa obra. Quando os primeiros perigos surgiram, a Republica estava construida.

O autor d'essa obra, sejam quaes fôrem os erros politicos de que se tenha tornado culpado e os resentimentos pessoaes que tenha provocado, não póde legitimamente ser tratado pelos seus adversarios como um inimigo da Republica e no entanto tem-n'o sido em condições tão inadmissiveis que no mesmo pensamento de o combater se tem associado republicanos e monarchicos e é nos odios que elle inspira a estes que em grande parte se tem fundado a força politica d'aquelles.

A educação democratica deve impugnar o espirito que inspira estas anomalias, porque é ainda o espirito do velho regimen, e a Republica não se implantou em Portugal com o objectivo unico de mudar as instituições, mas com o fim mais generoso de mudar a face da sociedade tornando os homens meliores.

Resumindo, a Republica está atravessando uma hora difficil, mas as virtudes republicanas saberão — espero-o — tirar d'ella lição e proveito. Já os perigos a que os homens se deixaram irraciocinadamente arrastar lhes apparecem communs e já de novo, na sua bocca, a palavra — *Republica* recupera a significação, a vibração, o tim-

bre de outr'ora. Este é o privilegio das ideias populares. A Republica Portugueza é uma criação popular. Por isso é forte, e apesar das vicissitudes por que tem passado será duradoura. Um regimen que se funda sobre a base de tantas aspirações novas não é susceptivel de desaparecer. Não é um novo Estado politico que um tufão revolucionario eleva hoje e outro faz cahir amanhã: é um novo destino social que se preparou e fixou nos desígnios dos homens. A sociedade portugueza quiz, e realizou já, um grande numero de reformas que o espirito da monarchia regeita e com as quaes é incompativel, isto é, a Republica construiu um Portugal novo, dentro do qual a monarchia já não cabe. Para que ella entrasse aqui com o seu cortejo sacerdotal de congregações, os seus jesuitas missionarios, as suas religiosas, os seus egressos, os seus conegos, os seus padres seria preciso que Portugal todo se subvertesse e no seu lugar ficasse uma praia deserta.

### Nota á pagina n.º 10

O sr. Pimenta de Castro foi, como é notorio, meu collaborador no ministerio de 1911 e, como é notorio tambem, abandonou-o em circumstancias anormaes. Este ponto da historia da administração republicana nunca foi elucidado e eu aproveite a oportunidade para o precisar. Fez-se uma opinião segundo a qual eu teria reconduzido bruscamente do meu ministerio o sr. Pimenta de Castro. Nada comtudo menos exacto.

O sr. Pimenta de Castro foi-me indicado para fazer parte do primeiro ministerio constitucional da Republica pelo sr. Manuel d'Arriaga, o qual, conforme as attribuições que lhe confere a Constituição, tem o direito de escolher os seus ministros. Não levantei qualquer objecção a esse desejo do sr. Arriaga e fui eu mesmo convidar o sr. Pimenta de Castro a acceitar a pasta da guerra, que elle dirigiu como entendeu durante o tempo em que se conservou no ministerio, que não foi muito. Um facto se produziu, porém, que me obrigou a sollicitar do sr. Pimenta de Castro um concurso activo pela sua pasta e esse facto foi a primeira incursão de Paiva Couceiro, por Vinhaes.

Dias antes da incursão já eu fazia saber ao ministro da Guerra que noticias vindas da fronteira a annunciavam imminente, pois os seus preparativos se faziam sem reservas em territorio hespanhol. A' 1 hora e meia da noite de 6 de outubro fui informado pelo telegrapho de Vinhaes de que Paiva Couceiro e os seus homens se encontravam proximos d'aquella villa. Procurei immediatamente telephonar para casa do sr. Pimenta de Castro e não me sendo possivel obter

ligação, enviei-lhe o meu secretario, com o pedido de o fazer entrar sem demora em comunicação commigo, o que com effeito, algum tempo depois succedeu. Pedi desculpa ao sr. Pimenta de Castro de o incomodar áquella hora e rapidamente expuz-lhe o que se passava. O sr. Pimenta de Castro pareceu não attribuir largo credito á minha informação, mas eu confirmei-lh'a nos termos mais precisos e pedi-lhe providencias immediatas, que elle me prometteu dar. Ao meio dia procurei o ministro da Guerra no seu ministerio e reproduzi-lhe as informações d'essa madrugada annunciando-lhe que proporia ao chefe do Estado e ao conselho de ministros, se tal providencia se tornasse necessaria, a suspensão de garantias no districto de Bragança. O sr. Pimenta de Castro respondeu-me simplesmente: — Não será com a minha approvação.

Entretanto, o então ministro do Fomento sr. Sidonio Paes, que se encontrava no Porto, aonde tinha ido em nome do governo, assistir ás festas do 1.º anniversario da Republica, queixava-se d'alli que o ministerio da Guerra não dava as ordens necessarias, e pedia em nome da divisião providencias urgentes. A autoridade do districto de Bragança reclamava intervenções immediatas, que não se produziam. Em 7 de outubro, o governador civil sr. Freitas, telegraphava-me: «Estou a ver que Couceiro e a sua gente se escapam para Hespanha sem outro incommodo do que o da viagem.» As proprias autoridades militares dirigiam ao governo reclamações n'esse sentido, por intermedio dos governadores civis. Em 8 de outubro, o governador civil de Villa Real telegraphava-me: «O chefe do estado maior de Viubas queixa-se da falta de recursos para transporte de viveres. O general pede mais actividade ao ministerio da Guerra relativamente ás suas requisições e pede artilharia de tiro rapido.»

Convoquei um conselho de ministros para ouvir o ministro da Guerra e apreciar a situação que me era assignalada pelas autoridades, mas das impressões que trocámos não resultou licar o governo esclarecido sobre o modo como o sr. Pimenta de Castro concebia á defeza do territorio contra as incursões dos realistas portuguezes.

Fosse qual fosse a sua concepção, um facto porém estava averiguado — e era o de que o governo não encontrava no ministro da Guerra aquella collaboração, com o caracter de entendimento commum, que se tornava indispensavel e urgente n'essas circumstancias anormaes.

Resolvi então expôr a situação ao Presidente da Republica que me prometteu ouvir o sr. Pimenta de Castro e, por outro lado, procurei fazer uma nova tentativa junto do mesmo senhor, no sentido de chegarmos áquelle entendimento. Para esse effeito convoquei no ministerio dos Negocios Estrangeiros um novo conselho de ministros, ao qual d'esta vez não assistiu o ministro da Guerra, e pedi ao sr. Duarte Leite, ministro das Finanças, o favor de realisar uma *démarche* junto do sr. Pimenta de Castro significando-lhe assim o desejo commum de mantermos intacta a solidariedade ministerial, na conjunctura que estavamos atravessando. Ao voltar da sua conferencia com o sr. Pimenta de Castro, o sr. Duarte Leite resumiu d'este modo as suas impressões — Não ha nada a fazer!

Grave embaraço foi o nosso e tanto mais grave quanto sabiamos o sr. Pimenta de Castro absolutamente decidido a, em caso algum, dar a sua demissão. Estavamos a 7. Couceiro e o seu bando armado encontravam-se ainda em territorio portuguez, entre Cazares

e Pinheiro Novo, e desconheciam-se as suas intenções — se a de se internarem em Hespanha, se a de penetrarem no territorio por outro ponto da fronteira. As forças que tinham ido em sua perseguição eram muito limitadas em relação áquellas de que podiamos dispôr na região e que o commando militar de Bragança não punha em movimento. Os telegrammas reclamando contra este estado de coisas affluíam ao ministerio do Interior. O deputado sr. Alfredo de Magalhães telegraphava de Bragança chamando a attenção do governo para a inexplicavel inacção do commandante d'aquella praça (1). Comprehendi e commigo o comprehenderam os meus collegas no ministerio, que estavamos incorrendo em graves responsabilidades se deixassemos prolongar a situação absurda que resultava d'esse facto sem precedentes. creio eu, de, em presença da ordem publica alterada, o governo não estar de perfeito accordo e não proceder de perfeita harmonia, e, submettendo em ultima instancia ao chefe do Estado a resolução d'esta lamentavel crise, fiz chegar ás suas mãos o texto de um decreto concedendo a demissão collectiva ao gabinete e o texto de outros dois, redigidos segundo o formulario official, aceitando ou dando a demissão ao sr. Pimenta de Castro. O sr. Manuel d'Arriaga ainda se avistou com o sr. Pimenta de Castro, depois do que assignou e fez-me transmittir o decreto que sahiu publicado no *Diário do Governo*, sem que eu tivesse tido, ou procurado ter entretanto qualquer intervenção na resolução que tomou e que assim é da sua exclusiva responsabilidade. O que devo accrescentar é que, no mesmo dia em que o assignou, isto é, a 8 de outubro, o sr. Manuel d'Arriaga me renovou por carta a sua confiança nos termos mais expressivos.

Para complemento da historia d'este incidente, publico em seguida o texto da carta que em nome do governo dirigi ao sr. Pimenta de Castro e o d'aquella pela qual o mesmo sr. me respondeu. O rascunho, que possuo, do documento que vae inserto adiante, é do punho do sr. Duarte Leite, facto que assignalo para bem precisar que o desacordo que levou o sr. Pimenta de Castro a deixar o meu ministerio não teve um caracter pessoal.

*Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Guerra — Os ministros da justiça das finanças, da marinha, do fomento e das colonias, hoje reunidos commigo, reconhecendo que entre nós e V. Ex.<sup>a</sup> existem divergencias profundas quanto ao modo como tem sido organizada e dirigida por V. Ex.<sup>a</sup> a defeza da fronteira contra os realistas portuguezes, resolvem expôr a situação ao sr. Presidente da Republica, deixando ao seu alto criterio a resolução d'este desacordo.*

*Sou de V. Ex.<sup>a</sup>*

*Com a mais alta consideração,*

J. CHAGAS.

*Lisboa, 7 de outubro de 1911.*

(1) Este official foi mais tarde objecto de uma sanção por parte do ministerio da Guerra.

A este documento o sr. Pimenta de Castro respondeu nos seguintes termos:

*Em 8 de outubro de 1911.*

*Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Conselho—Pelo ex.<sup>mo</sup> sr. Barreto, secretario particular de V. Ex.<sup>a</sup>, foi-me entregue em minha casa, hontem, pelas 10 horas da noite, uma preventiva carta de V. Ex.<sup>a</sup>, pela qual fiquei surpresamente inteirado do procedimento (que me abstenho de qualificar) havido para comigo por parte de cinco collegas meus no ministerio e de que V. Ex.<sup>a</sup>, com a sua presidencial supremacia, é um d'esses cinco conluídos.*

*Saude e Fraternidade*

*O ministro da guerra,*

JOAQUIM PEREIRA PIMENTA DE CASTRO.

Os termos d'esta carta pozeram fim ao incidente, de um modo que por minha vez «me abstenho de qualificar», quer no ponto de vista politico, quer no ponto de vista litterario.



